

**COMUNICADO DA COMISSÃO POLÍTICA**

**O MLSTP/PSD, enquanto o maior Partido de Oposição, com base no direito que lhe assiste e no exercício da fiscalização das acções do Governo enumerou alguns factos que se prendem com a gestão governativa:**

**Fê-lo ao abrigo do principio de transparência e o dever que o Governo tem de esclarecer a oposição e ao povo em geral os assuntos da Governação.**

**E é com profunda perplexidade que reage às declarações do Senhor Primeiro Ministro:**

1. **O Primeiro-ministro desviou a sua resposta às questões de fundo, levantadas no comunicado refugiando-se em factos do passado em que ele próprio foi um dos figurantes, para justificar uma situação do presente e de natureza diversa.**
2. **Os esclarecimentos vindos ao publico feitos por responsáveis dos departamentos técnicos do Estado relativamente a presença de navios nas águas territoriais do País, não foram consistentes nem conclusivas, na medida em que não responderam a questão que mais preocupa o MLST/PSD e a opinião publica que é saber, que tipo de mercadorias são transacionadas por esses navios, e se os procedimentos exigidos pelas normas nacionais e internacionais sobretudo as de fiscalização, são observados pelas nossas autoridades portuárias.**
3. **O MLSTP / PSD condena a manipulação que o Governo fez da opinião pública nacional, escondendo a verdade ao povo. Houve uma simulação do controlo dos barcos através de equipamentos que não têm neste momento capacidade técnica para garantir, com fidelidade, o registo das operações dos navios, ancorados nas nossas águas territoriais.**
4. **O Primeiro-ministro optou pela via da vitimização, e de falso ofendido, introduzindo uma queixa-crime no Ministério Publico contra o este partido. O MLSTP/PSD considera uma oportunidade impar de poder esclarecer e provar estas e demais questões, por isso, exorta o Primeiro-ministro a não desistir do seu intento.**
5. **O MLSPST/PSD repudia veementemente as declarações feitas pelo Primeiro -Ministro a respeito da sua liderança e realça que esta liderança emerge de um processo interno democrático ao contrário do Chefe do ADI que é reconhecidamente imposto através de um processo oligárquico ou despótico**.
6. **A Comissão Politica alerta a população, para decisões antidemocráticas que vêm sendo tomadas pelo Governo de Patrício Trovoada, que consiste nas perseguições que vêm sendo alvos dirigentes de partidos políticos fora da área do poder, por causa de declarações por eles proferidas no âmbito das suas funções enquanto dirigentes políticos, num movimento que tende a liquidar a democracia e mergulhar o Pais na instabilidade**.
7. **A Norma de Aplicação Permanente aprovada pelo Banco Central de S. Tomé e Príncipe, sob as ordens do Primeiro-ministro, na ausência da Governadora e tomada por voto único do Vice-Governador, alto dirigente do ADI, é claramente uma represália e um ato de perseguição ao Sr. Dr. Américo Barros, Vice - presidente e porta-voz do MLSTP/PSD.**
8. **Esta norma é assim ilegal e inconstitucional porque não tem o Conselho de Administração do Banco Central poderes para limitar as liberdades individuais e políticas de cidadãos santomenses, consagradas na Constituição da República, muito menos, estabelecer incompatibilidades de funções, poder que compete exclusivamente a Assembleia Nacional.**
9. **Fica clara a parcialidade e a falta de isenção do Procurador-geral da República, na medida em que, sem o estabelecimento do contraditório veio à comunicação social condenar o MLSTP/PSD prevendo já uma moldura penal.**

Finalmente, o MLSP/PSD presta a sua total solidariedade ao Camarada Américo Barros, Vi-presidente do Partido, encorajando a juventude, às mulheres e a todos os militantes do Partido a manterem-se firmes na defesa da liberdade de expressão, de transparência.

O MLSTP/PSD apela a todos os santomenses a unirem-se na defesa dos pilares da democracia em São Tomé e Príncipe.

Feito em São Tomé, aos 11 de Outubro de 2012

Secretário geral,